

# PUBLICIDADE LEGAL

MELNICK EVEN URBANIZADORA LTDA - CNPJ/MF 21.074.660/0001-97 - NIRE 43207669517 - ATA DE ASSEMBLEIA DE SÓCIOS REALIZADA EM 24 DE JULHO DE 2023, AS 10:00 HORAS: 1. **DATA, HORÁRIO E LOCAL:** Aos vinte quatro dias do mês de julho de 2023, às 10:00 horas, na sede da Sociedade, na Rua Carlos Trein Filho, nº 551, Bairro Auxiliadora, CEP 90.450-120, em Porto Alegre (RS). 2. **PRESEÇA:** Presentes os sócios que representam a totalidade do capital social da Sociedade. 3. **ORDEM DO DIA:** Deliberar acerca da alteração do contrato social da MELNICK EVEN URBANIZADORA LTDA que reduzirá o capital social. 4. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia, após a discussão da ordem do dia, as sócias, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, resolveram aprovar a alteração do contrato social para reduzir o capital integralizado R\$ 93.683.008,42 (noventa e três milhões seiscentos e oitenta e três mil oito reais quarenta e dois centavos) para R\$ 73.683.008,42 (setenta e três milhões seiscentos e oitenta e três mil oito reais quarenta e dois centavos), reduzindo R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), por considerarem que o capital social é excessivo ao objeto da sociedade, restituindo aos sócios proporcionalmente às suas participações no capital social da Companhia. Para tanto, a redução se dará mediante o cancelamento de 20.000.000 (vinte milhões) quotas da sócia MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A., permanecendo a sócia MELNICK EVEN PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA com a sua única quota de R\$ 1,00 (um real) e a sócia MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. com 73.683.007,42 (setenta e três milhões seiscentos e oitenta e três mil sete reais quarenta e dois) quotas. 5. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia de sócios, sendo lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, é por todos assinada. Porto Alegre, 24 de julho de 2023. MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. - Fernando Gaspar de Azevedo Marques - Diretor; MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. - Juliano Melnick - Diretor; MELNICK EVEN PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA - Fernando Gaspar de Azevedo Marques - Diretor; MELNICK EVEN PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA - Juliano Melnick - Diretor

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
-  [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 9 9649-0062

**Jornal do Comércio**  
O Jornal de economia e negócios do RS



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# FRIOMASTER PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 14.086.242/0001-54 NIRE Nº. 43300054055  
Relatório da Administração

**Srs. Acionistas:** Atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos à consideração de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. **A DIRETORIA**

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)						
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		
		2022	2021	2022	2021	
<b>Ativo Circulante</b>						
Caixa e Equiv. de Caixa	5	28	14	24	23.465	24.184
Contas a Receber	6	8	8	8	227.229	209.790
Estoques	7	-	-	-	699.976	631.261
Imposto de Renda e Contrib. Social a recuperar					97.419	73.358
Impostos a Recuperar	8	177	132	68	31.614	18.837
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		208	1.928	261	-	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	77.009	102.869
Despesas antecipadas		-	-	-	10.928	4.064
Partes relacionadas	21	-	-	-	1.088	851
Instrumentos financeiros	4	-	-	-	-	3.489
Demais Contas a Receber		421	2.082	361	1.187.052	1.067.772
<b>Ativo Não Circulante</b>						
Créd. de sócios e controladas		-	-	-	-	955
Impostos de renda e contrib. social diferidos	9.b	-	1.411	1.411	-	18.149
Impostos a Recuperar	8	-	-	-	2.708	984
Depósitos Judiciais	15	-	-	-	44.227	27.573
Outros Ativos não Circulantes		-	-	-	2.120	869
Propriedade p/ invest.	10	1.220	1.220	1.220	49.055	47.575
Investimentos	11	226.831	176.143	133.656	1.220	1.220
Imobilizável	12	-	-	-	87.243	77.111
Intangível	13	-	-	-	11.091	4.727
Arrendam. - dir. de uso	14	-	-	-	102.735	84.347
		228.051	177.363	134.876	202.289	167.405
		228.051	178.774	136.287	251.344	214.980
<b>Total do Ativo</b>		<b>228.472</b>	<b>180.856</b>	<b>136.648</b>	<b>1.438.396</b>	<b>1.282.752</b>

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)						
PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado		
		2022	2021	2022	2021	
<b>Passivo Circulante</b>						
Fornecedores	15	-	-	-	435.332	588.902
Financiam. e Emprést.	16	-	-	-	368.836	131.013
Imp. e Contribuições	8	23	211	31	5.602	9.560
Imp. de Renda e Contrib. Social a Recolher		-	-	-	431	4.832
Salários e Encargos		1	1	1	21.547	20.030
Divid. e juros s/cap. próp.	23	252	12.908	254	252	12.908
Instrumentos financeiros		-	-	-	6.849	-
Adiantamento de clientes		-	-	-	6.295	13.009
Passivo de arrendam.	14	-	-	-	20.478	17.192
Outros Passivos Circulantes		23	22	22	15.928	9.595
		299	13.141	308	881.550	807.041
<b>Passivo Não Circulante</b>						
Financiam. e Emprést.	16	-	-	-	231.954	201.432
Passivo de arrendam.	14	-	-	-	90.233	71.924
Imp. de renda e contrib. social diferidos	9.b	-	-	-	4.204	-
Adiant. futuro aumento de capital		1	1	-	-	-
Imp. e Contribuições	8	-	-	-	622	187
Provisão para litígios	17	-	4.150	4.150	1.661	38.604
		-	4.151	4.150	328.674	312.147
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital Social	18	30.701	30.701	30.701	30.701	30.701
Reservas de Lucros	18	197.471	132.863	101.489	197.471	132.863
Total do patrimônio líquido controladora		228.172	163.564	132.190	228.172	163.564
Partic. dos não controladores		-	-	-	-	76
Total do patrimônio líquido		228.172	163.564	132.190	228.172	163.564
<b>Total do Passivo</b>		<b>228.472</b>	<b>180.856</b>	<b>136.648</b>	<b>1.438.396</b>	<b>1.282.752</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)						
Nota	Controladora		Consolidado			
	2022	2021	2020	2022		
Receita líquida de vendas	19	87	90	49	2.068.564	1.936.765
Custos dos prod. vendidos e dos serv. prestados	18	-	-	-	(1.560.893)	(1.465.975)
Lucro bruto		87	90	49	507.671	470.790
Recargas (desp.) operacionais		-	-	-	-	-
Despesas comerciais	20	-	-	-	(190.128)	(182.652)
Despesas administrativas	20	4.065	(186)	(67)	(164.344)	(169.441)
Perda por redução do valor recup. de contas a rec.	20	-	-	-	(2.959)	(1.001)
Resultado da equivalência patrimonial do exercício	11	90.242	138.323	83.638	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	21	-	58	-	(14.420)	75.999
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		94.394	138.285	83.620	135.820	193.695
Despesas financeiras	22	(304)	(790)	(364)	(213.949)	(120.194)
Recargas financeiras	22	-	3	6	107.024	101.638
Lucro antes dos imp. s/ o lucro		94.090	137.498	83.262	28.895	175.139
Imp. de renda e contribuição social corrente	9	-	-	-	86.138	(47.639)
Imp. de renda e contribuição social diferidos	9	(1.411)	-	-	(22.354)	9.998
Lucro líquido do exercício		92.679	137.498	83.262	92.679	137.498
Quant. de ações ao final do exercício - em milhares		17.915	17.915	17.915	-	-
Lucro líq. por ações em Reais		5.1733	7.6750	4.6476	-	-
Atribuível a:						
Acionistas da Companhia					92.679	137.498
Partic. dos não controladores					-	30
					92.679	137.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Nota	Atribuído aos acionistas da controladora		Participação dos não controladores		Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros acumulados	Total	2022	2021
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>						
Lucro líquido do exercício	30.701	5.070	44.257	80.028	49	80.077
Reserva legal	-	1.070	83.262	83.262	30	83.262
Destinações propostas:						
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	(20.548)	(20.548)	(3)	(20.551)
Dividendos adicionais ao mínimo distribuídos do exercício	18	-	(7.030)	(7.030)	-	(7.030)
Juros sobre capital próprio	18	-	(3.522)	(3.522)	-	(3.522)
Retenção de lucros	18	-	51.092	(51.092)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>						
Lucro líquido do exercício	30.701	6.140	95.349	132.190	76	132.266
Incorporação de não controlador	-	-	1.730	1.730	(76)	(76)
Efeito reflexo do acervo líquido adquirido	-	-	-	-	-	1.730
Destinações propostas:						
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	(34.375)	(34.375)	-	(34.375)
Dividendos adicionais ao mínimo distribuídos do exercício	18	-	(65.889)	(65.889)	-	(65.889)
Juros sobre capital próprio	18	-	(7.590)	(7.590)	-	(7.590)
Retenção de lucros	18	-	29.644	(29.644)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>						
Lucro líquido do exercício	30.701	6.140	126.723	163.564	-	163.564
Destinações propostas:						
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	(20.227)	(20.227)	-	(20.227)
Dividendos adicionais ao mínimo distribuídos do exercício	18	-	(4.901)	(4.901)	-	(4.901)
Juros sobre capital próprio	18	-	(2.943)	(2.943)	-	(2.943)
Retenção de lucros	18	-	64.608	(64.608)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>						
	30.701	6.140	191.331	228.172	-	228.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado			
	2022	2021	2020	2022		
Lucro líquido do Exercício	92.679	137.498	83.262	92.679	137.498	83.292
Outros Result. abrangentes	-	-	-	-	-	-
<b>Result. Abrang. do Exercício</b>	<b>92.679</b>	<b>137.498</b>	<b>83.262</b>	<b>92.679</b>	<b>137.498</b>	<b>83.292</b>
Result. abrang. total atribuído a:						
Proprietários da controladora	92.679	137.498	83.262	92.679	137.498	83.262
Participações não controladores	-	-	-	-	-	30
	<b>92.679</b>	<b>137.498</b>	<b>83.262</b>	<b>92.679</b>	<b>137.498</b>	<b>83.292</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado			
	2022	2021	2020	2022		
<b>Fluxos de caixa das ativ. operac.</b>						
Lucro líquido do exercício	94.090	137.498	83.262	28.895	175.139	95.012
Ajustes de:						
Deprec. e amortização	11	-	-	10.936	8.509	4.743
Amortiz. arrend. - dir. de uso	-	-	-	22.272	19.535	10.718
Provisões p/ riscos tributários, civis e trabalhistas	15	(4.150)	-	(36.943)	19.706	9.403
Aj. a valor pres. em contas a rec.	-	-	-	(1.415)	1.152	1.928
Aj. a valor pres. em fornecedores	-	-	-	(2.986)	(3.422)	(4.156)
Recuperação de crédt. tributários	-	-	-	(1.949)	(81.137)	-
Perda por redução do valor recup. de contas a rec.	20	-	-	(806)	1.001	3.282
Prov./rev. p/ perdas em estoq.	6	-	-	1.143	1.231	467
Baixa de ativo imobilizado	11	-	-	3.362	1.269	6.109
Equivalência patrimonial	10	(90.242)	(138.323)	(83.638)	-	-
Desp. de juros - emprést.	-	-	-	-	-	-
e arrendamento	-	-	-	40.463	25.466	13.267
Contr. de arrend. encerrados	-	-	-	(170)	-	-
Instrumentos financ. - swap	-	-	-	18.192	(1.381)	(23.436)
Juros sobre investimentos	-	-	-	18.468	5.054	6.194
Var. cam. liq. provis. e não paga	-	-	-	(4.535)	8.159	32.518
Recéb. de lucros e dividendos de controladas	-	-	-	-	-	-
Partic. de não control. no result.	-	-	-	-	-	-
Lucro líq. do exerc. - Não control.	-	-	-	-	-	-
<b>Variações nos ativos:</b>						
Contas a receber de clientes	-	-	(8)	(21.932)	97.351	(132.652)
Depósitos judiciais	-	-	-	(16.854)	(21.660)	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	25.860	(45.063)	-
Despesas antecipadas	-	-	-	(6.864)	(2.309)	-
Impostos a recuperar	(45)	(359)	55	33.094	26.964	(6.617)
Estoques	-	-	-	(69.858)	(289.841)	(78.183)
Outros ativos circul. e não circul.	-	-	-	(1.906)	(3.345)	(3.182)
<b>Variações nos passivos:</b>						
Fornecedores	11	-	-	16.555	33.070	180.230
Salários e encargos sociais	1	(7)	-	1.517	3.593	3.189
Impostos a recolher	(188)	47	(50)	(7.924)	847	(6.194)
Contas a pagar	1	1	1	6.333	(4.044)	(12.676)
I.R. e contrib. social pagas	-	-	-	(2.406)	(43.370)	(11.720)
<b>Caixa liq. prov. das ativ. oper.</b>	(533					

**FRIMASTER PARTICIPAÇÕES S/A - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)**

ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ativo não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.8 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O método de avaliação dos estoques é o custo médio de aquisição. **2.9 Propriedades para investimentos:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimentos são reconhecidas ao método do custo que compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro. A diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **2.10 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas/despesas" na demonstração do resultado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil
Imóveis	25 anos
Beneficiárias em propriedade de terceiros	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Ferramentas	10 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos

**2.11 Intangível: a. Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares por um período de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em cinco anos. **2.12 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos de curto prazo. O pagamento é devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.13 Provisão para litígios:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do custo líquido para liquidar a obrigação presente no final do período. **2.14 Impostos: a. Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: · Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; · Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e · O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas não circulantes são sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas médias:

	Alíquotas praticadas
IPI - Imposto sobre produto industrializado	0,00% a 35,00%
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	4,00% a 20,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,65% a 1,65%
ISS - Impostos sobre serviços	2,00% a 5,00%
ICMS ST	0,20% a 13,65%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **b. Imposto de renda e contribuição social correntes:** Lucro Real: O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% e 20%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são apresentadas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Lucro Presumido: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no faturamento, onde a presunção para o imposto de renda é de 8% e para a contribuição social é de 12%, após a redução da presunção é aplicada as alíquotas de de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **c. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baseado na extensão em que não é mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. **2.15 Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem um plano de remuneração fixa (salários, férias, 13º salário, INSS e FGTS), plano de saúde e assistência médica e social. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base na taxa de juros média praticada pela Companhia nas suas operações de compra e venda a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber, quando aplicável, se dá em contrapartida da receita bruta no resultado, a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira, e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. O ajuste a valor presente de compras, quando aplicável, é registrado nas contas de fornecedores, estoque e custos, a sua realização tem como contrapartida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores. **2.17 Subvenção e assistência governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistêmica nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas. **2.18 Arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por

qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícito no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido por os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: · Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); · Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); · Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12); · IFRS 17 Contratos de Seguros; · Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); · Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · **Nota explicativa 16:** Operações de risco sacado: apresentação de valores relacionados a acordos de financiamento de fornecedores no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa; **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · **Nota explicativa 9** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; **4. Gestão de risco financeiro:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou qualquer ativo de risco. Os resultados obtidos com operações desta natureza são condizentes com as políticas e estratégias adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos da Companhia são descritas a seguir: **a. Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas operacionais de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras avaliadas e aprovadas pela Administração. Para contas a receber por vendas a Companhia possui ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6. **b. Risco de preço das mercadorias e depósitos em bancos:** Decorre da possibilidade de oscilações de preços de mercadorias comercializadas pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **d. Instrumentos financeiros e depósitos em bancos:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras consideradas de primeira linha autorizadas e aprovadas pela administração objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **e. Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado periodicamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 com base nos pagamentos contratuais não descontados:

	Exercício findo em 31/12/22	3 a 12 meses		Mais de 5 anos		Total
		3 meses	meses	1 a 5 anos	5 anos	
Empréstimos	145.465	222.891	231.954	-	600.310	
Fornecedores	300.788	134.536	8	-	435.332	

  

	Exercício findo em 31/12/21	3 a 12 meses		Mais de 5 anos		Total
		3 meses	meses	1 a 5 anos	5 anos	
Empréstimos	187.812	110.340	201.432	-	499.584	
Fornecedores	226.202	195.560	1	-	421.763	

**f. Taxas de câmbio:** A Companhia, em relação aos empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 13), está exposta às variações do Real (moeda corrente e de apresentação - BRL) em relação ao Dólar. **g. Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. **h. Instrumentos financeiros e depósitos em bancos:** Decorre da possibilidade de oscilações de preços de mercadorias comercializadas pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **d. Instrumentos financeiros e depósitos em bancos:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras consideradas de primeira linha autorizadas e aprovadas pela administração objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **e. Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado periodicamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 com base nos pagamentos contratuais não descontados:

	Exercício findo em 31/12/22	3 a 12 meses		Mais de 5 anos		Total
		3 meses	meses	1 a 5 anos	5 anos	
Empréstimos	145.465	222.891	231.954	-	600.310	
Fornecedores	300.788	134.536	8	-	435.332	

qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícito no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido por os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: · Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); · Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); · Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12); · IFRS 17 Contratos de Seguros; · Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); · Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · **Nota explicativa 16:** Operações de risco sacado: apresentação de valores relacionados a acordos de financiamento de fornecedores no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa; **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · **Nota explicativa 9** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; **4. Gestão de risco financeiro:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou qualquer ativo de risco. Os resultados obtidos com operações desta natureza são condizentes com as políticas e estratégias adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos da Companhia são descritas a seguir: **a. Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas operacionais de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras avaliadas e aprovadas pela Administração. Para contas a receber por vendas a Companhia possui ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6. **b. Risco de preço das mercadorias e depósitos em bancos:** Decorre da possibilidade de oscilações de preços de mercadorias comercializadas pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **d. Instrumentos financeiros e depósitos em bancos:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras consideradas de primeira linha autorizadas e aprovadas pela administração objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **e. Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado periodicamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 com base nos pagamentos contratuais não descontados:

	Exercício findo em 31/12/22	3 a 12 meses		Mais de 5 anos		Total
		3 meses	meses	1 a 5 anos	5 anos	
Empréstimos	145.465	222.891	231.954	-	600.310	
Fornecedores	300.788	134.536	8	-	435.332	

qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícito no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido por os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: · Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); · Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); · Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12); · IFRS 17 Contratos de Seguros; · Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); · Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · **Nota explicativa 16:** Operações de risco sacado: apresentação de valores relacionados a acordos de financiamento de fornecedores no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa; **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · **Nota explicativa 9** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; **4. Gestão de risco financeiro:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou qualquer ativo de risco. Os resultados obtidos com operações desta natureza são condizentes com as políticas e estratégias adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos da Companhia são descritas a seguir: **a. Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas operacionais de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras avaliadas e aprovadas pela Administração. Para contas a receber por vendas a Companhia possui ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6. **b. Risco de preço das mercadorias e depósitos em bancos:** Decorre da possibilidade de oscilações de preços de mercadorias comercializadas pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **d. Instrumentos financeiros e depósitos em bancos:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras consideradas de primeira linha autorizadas e aprovadas pela administração objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **e. Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado periodicamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 com base nos pagamentos contratuais não descontados:

	Exercício findo em 31/12/22	3 a 12 meses		Mais de 5 anos		Total
		3 meses	meses	1 a 5 anos	5 anos	
Empréstimos	145.465	222.891	231.954	-	600.310	
Fornecedores	300.788	134.536	8	-	435.332	

qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícito no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido por os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de ar

FRIMASTER PARTICIPAÇÕES S/A - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					
Imposto de renda	2022	2021	Consolidado		
	2º Sem.		2022	2021	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	
Receita Bruta de vendas	31.637	19.093	-	-	
Alíquota de presunção de lucro (IR)	8%	8%	-	-	
Adições	31	-	-	-	
Base de cálculo	2.562	1.527	-	-	
Alíquota de imposto de renda	15%	15%	-	-	
Imposto de renda sobre vendas	384	229	-	-	
Base de cálculo do adicional	2.322	1.407	-	-	
Alíquota de imposto de renda	10%	10%	-	-	
Imposto de renda sobre vendas	232	141	-	-	
Imposto de renda devido	616	370	-	-	
Contribuição social	2021	2021	-	-	
Receita Bruta de vendas	31.637	19.093	-	-	
Alíquota de presunção de lucro (CS)	12%	12%	-	-	
Adições	31	-	-	-	
Base de cálculo	3.827	2.291	-	-	
Alíquota de contribuição social	9%	9%	-	-	
Contribuição social sobre venda	344	206	-	-	
Contribuição social devida	344	206	-	-	
Total dos impostos correntes	960	576	-	-	

A aquisição da Empresa Hulter Indústria e Comércio de Peças para Refrigeração Ltda. ocorreu em 1º de julho de 2021, motivo pelo qual o cálculo de imposto de renda e contribuição social consolidado apresenta apenas o 2º semestre de 2021. Consolidação dos impostos correntes e diferidos:

	2022	2021
Apuração impostos correntes e diferidos lucro real ano	64.744	(37.065)
Apuração impostos lucro presumido	(960)	(206)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>63.784</b>	<b>(37.641)</b>

**Processo de inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic:** Em 2022, a Dufrio Refrigeração registrou em seu ativo o ganho relacionado ao processo judicial transitado em julgamento vinculado à inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic recebidos em razão da repetição de indébito tributário (RE 1.063.187 - Tm 962), onde a contabilização ocorreu apenas em 2022 (embora a Companhia tenha tido ciência acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal ainda em 2021). O valor do principal somou R\$ 8.998 lançado na conta de "imposto de renda e contribuição social corrente", sob esse montante, mais a atualização monetária de R\$ 1.366 reconhecido em resultado financeiro, incidiu honorários advocatícios de R\$ 341 classificados na linha de "outros ganhos e perdas". **Processo de exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL:** Em março de 2022 a Dufrio Refrigeração obteve êxito com trânsito em julgado em processo que julgou procedente o direito de reconhecer a exclusão das receitas decorrentes do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL, essa decisão retroagiu até agosto de 2013 e esse novo tratamento da base gerou o montante de R\$ 79.546 de principal, e a esse valor foi aplicada a atualização monetária de R\$ 19.980, sendo reconhecido em resultado financeiro. Adicionalmente, foi provisionado R\$ 9.200 de honorários que serão pagos conforme compensação do tributo, classificados na linha de "outros ganhos e perdas". Vale destacar que essa compensação já iniciou e até o exercício findo de em 31 de dezembro de 2022 montante de R\$ 15.633 já havia sido compensado com outros tributos federais. A composição do saldo vinculado ao imposto de renda e contribuição social a receber para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado na nota abaixo.

	2022	2021
Créditos de impostos retidos ou pagos a maior	3.162	3.162
Exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL	83.893	83.893
Inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic	10.364	10.364
<b>Total</b>	<b>97.419</b>	<b>97.419</b>

Importante mencionar, que por conta desse processo, a referida exclusão dos créditos mencionada acima, leva a Companhia na visão consolidada do Grupo a apresentar prejuízo fiscal no montante de R\$ 136.994 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Nesse contexto e considerando que com o crescimento de faturamento haverá também o crescimento do crédito presumido, a Companhia não projeta lucro tributável para os próximos anos, por esse motivo os impostos de renda diferidos ativos foram reconhecidos para o exercício findo de 2022 até o limite de 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo conforme está demonstrado na nota abaixo. **b. Tributos diferidos:** A composição dos tributos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se a:

	Contribuição social		Imposto de renda	
	2022	2021	2022	2021
<b>Passivo</b>	-	-	4.150	4.150
Provisão para litígios	-	-	4.150	4.150
Base - difer. temp. ativas	-	-	4.150	4.150
Alíquota vigente	9%	25%	9%	25%
Tributo diferido	-	-	373	1.038
	-	-	1.411	-

Custo	Terrenos		Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Veículos		Equipamentos processamento de dados		Instalações e Ferramentas		Imobilização em andamento		Benefetórias em imóveis de terceiros		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021		
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>	164	1.306	9.337	5.287	31.555	8.761	511	733	8.608	66.262	8.608	66.262	8.608	66.262	8.608	66.262	8.608	66.262
Aquisição Hulter	-	-	7.402	1.887	5.750	3.829	243	1.618	243	1.618	243	1.618	243	1.618	243	1.618	243	1.618
Adições	-	-	7.402	1.887	5.750	3.829	243	1.618	243	1.618	243	1.618	243	1.618	243	1.618	243	1.618
Depreciação	-	-	(527)	(4.139)	(1.436)	(2.656)	(5.206)	(86)	(1.198)	(15.248)	(86)	(1.198)	(15.248)	(86)	(1.198)	(15.248)	(86)	(1.198)
Adições	-	-	(527)	(4.139)	(1.436)	(2.656)	(5.206)	(86)	(1.198)	(15.248)	(86)	(1.198)	(15.248)	(86)	(1.198)	(15.248)	(86)	(1.198)
Saldo em 31/12/2021	164	1.306	13.965	10.947	32.346	11.749	2.678	8.028	18.386	99.569	8.028	99.569	8.028	99.569	8.028	99.569	8.028	99.569
Adições	-	-	7.402	1.887	5.750	3.829	243	1.618	243	1.618	243	1.618	243	1.618	243	1.618	243	1.618
Depreciação	-	-	(527)	(4.139)	(1.436)	(2.656)	(5.206)	(86)	(1.198)	(15.248)	(86)	(1.198)	(15.248)	(86)	(1.198)	(15.248)	(86)	(1.198)
Saldo em 31/12/2022	164	1.306	22.161	15.576	33.536	16.050	2.972	1.896	24.912	118.573	2.972	118.573	2.972	118.573	2.972	118.573	2.972	118.573

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de *impairment*, no mínimo, anualmente sendo que para 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou a existência desse indicativo que possa resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos, tampouco identificou existência de ociosidade nos ativos imobilizados no exercício e não possui ativos retirados de uso e não classificados como mantidos para venda. **13. Intangível (consolidado):** Os ativos intangíveis da Companhia são basicamente compostos pela aquisição de licenças de programas destinadas às suas atividades operacionais e ainda pelo seu o ERP que está sendo substituído pelo Microsoft 365, o ERP atual (Microsoft Dynamics 2012) já se apresenta totalmente amortizado e estava em funcionamento desde 2015. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apenas a Frimaster e Defrio utilizavam 100% do novo ERP, sendo a implantação da Hulter realizada em 1º de janeiro de 2023 e a previsão para go-live completo de todas as filiais da Dufrio está prevista para maio de 2023 (algumas filiais já estão fazendo uso dessa ferramenta no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Com essa troca a Companhia espera avançar em rapidez, conectividade, melhoria em seus processos e funcionalidades além de facilitar conexões com outras ferramentas de mercado por rodar na nuvem permitindo dar ao sistema a dinâmica necessária para dar maior segurança e sustentar seu crescimento.

Custo	Marcas e patentes		Intangível em andamento		Total
	2022	2021	2022	2021	
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>	16	6.816	348	7.180	7.180
Aquisição Hulter	1	86	-	87	87
Adições	1	617	3.080	3.697	3.697
Saldo em 31/12/2021	18	7.519	3.428	10.965	10.965
Adições	600	838	7.384	8.822	8.822
Depreciação	-	(109)	(1.464)	(1.573)	(1.573)
Transferência de imobilizado (i)	-	824	(1.021)	(197)	(197)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>618</b>	<b>9.072</b>	<b>8.327</b>	<b>18.017</b>	<b>18.017</b>

(i) Valor transferido entre grupo ativo imobilizado e ativo intangível. Reclassificação entre as contas. **14. Arrendamento - Direito de uso - Consolidado:** A movimentação dos ativos de direito de uso no exercício de 2022 está abaixo apresentada:

Contratos financeiros	Moeda	Indexador	Encargos financeiros	Consolidado	
				2022	2021
Capital de giro	EUR	Libor + CDI	2,16% a 2,39%	53.974	-
Capital de giro	USD	Libor + CDI	1,56% a 4,11%	65.165	-
Capital de giro	BRL	CDI	1,83% a 4,58%	127.780	29.693
Debêntures	BRL	CDI	2,50%	-	101.403
Certificado de recebíveis imobiliários	BRL	CDI	2,00%	-	100.858
Risco sacado	BRL	n.a.	1,04% a 1,41%	121.917	167.139
				<b>368.836</b>	<b>231.954</b>

A Companhia reclassificou a operação de risco sacado, anteriormente apresentado em "Fornecedores", para a conta de "Empréstimos e financiamentos", procedendo com o ajuste em seu período comparativo, no valor de R\$ 167.139 em 31 de dezembro de 2021. A Companhia ajustou, também, as despesas relacionadas a risco sacado, anteriormente apresentadas como "custo de mercadoria vendida" para "despesas financeiras", no valor de R\$ 5.054 em 31 de dezembro de 2021. Tal ajuste foi realizado para refletir os efeitos de risco sacado nas operações da Companhia, dando maior clareza e divulgação dessas operações. Tais ajustes não resultaram em efeitos no total de passivos circulantes e no lucro líquido em 31 de dezembro de 2021, não impactou na conformidade das cláusulas restritivas existentes de empréstimos, assim como não resultaram em efeitos materiais na Demonstração dos

dividendos ao acionista não ser superior à 35% do resultado do exercício antes de qualquer destinação. Em relação à performance, a redução de composição do EBITDA traz consigo a inclusão do resultado financeiro cabível à operação da Companhia, tal como descontos concedidos e juros recebidos de clientes e descontos recebidos de fornecedores e a exclusão de outros ganhos e perdas na avaliação de ativos, desde que sem efeito caixa. E em relação à distribuição de dividendos ao acionista vale mencionar que o percentual reduz para os próximos exercícios saindo dos 35% para o ano de 2022 para 30% em 2023 e 25% de 2024 em diante. Destaca-se que o índice real da Companhia em 31 de dezembro de 2022 ficou dentro dos limites estabelecidos em ambas as cláusulas restritivas. Adicionalmente, há ainda um contrato adicional anterior à emissão das contratações de longo prazo (o qual a Companhia pretende quitar em 2023) que previa em suas cláusulas restritivas que a relação dívida líquida/EBITDA não se apresentasse em índice superior a 2,5 vezes para o exercício. Esse acordo por sua vez, considera como dívida apenas as dívidas bancárias (bilaterais), ou seja, sem considerar as operações com risco sacado. Destaca-se também que, considerando a métrica do cálculo prevista, o índice real da Companhia ficou dentro dos limites estabelecidos. Composição por vencimento dos empréstimos classificados no não circulante:

	2022	2021
	31.761	31.761
	65.092	65.092
	59.803	59.803
	43.537	43.537
<b>Total</b>	<b>231.954</b>	<b>231.954</b>

**17. Provisões para litígios e depósitos judiciais: a. Provisão para litígio:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Tributário	Provisão para litígios		Depósitos judiciais	
	2022	2021	2022	2021
Total	-	(4.150)	-	-

Cível	Provisão para litígios		Depósitos judiciais	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhista	(294)	(415)	-	-
Tributário	(1.161)	(979)	222	284
Total	(206)	(37.210)	44.005	27.289
	(1.661)	(38.604)	44.227	27.573

Os processos nos quais a Companhia é parte integrante podem ser divididos da seguinte forma: **Cíveis** - processos referentes a relação de consumo, principalmente, procedimento administrativo lavrado por representação do INMETRO e ainda processos vinculados às vendas via E-commerce. **Trabalhistas** - referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o artigo 62 da CLT que trata de atividade externa. **Tributário** - referem-se a provisões de riscos previdenciários e também relacionados à uma ação de mandado de segurança visando o reconhecimento do direito a não mais se submeter a exigência de recolhimento do Diferencial de Alíquota de ICMS incidente sobre operações interestaduais envolvendo mercadorias destinadas a consumidores finais não-contribuintes situados neste Estado. No total a Companhia possui 11 ações propostas nos seguintes estados: PR, RN, BA, PI, RS, PE, SC, CE, MG, RJ e SP, no total já foram depositados em juízo R\$ 30.524 sendo que desses já obtivemos êxito parcial nos seguintes estados: RS, SP e MG com o valor de R\$ 17.186 já devolvido à Companhia. Dado os recentes resultados favoráveis desses processos, a Companhia apoiada por seus assessores jurídicos, entende que o risco de perda alterou de provável para "remoto" e, desta forma, não se faz necessária a constituição de provisão. Por esse motivo a provisão constituída para o exercício de 2021 foi integralmente revertida em 2022. Segue abaixo a movimentação das contas de provisão:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	38.604	18.898
Adições	(182)	(182)
Recuperações/realizações	(37.125)	(1.283)
Saldo no final do exercício	1.661	38.604

A Companhia tem ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante estimado dos riscos trabalhistas classificados como possíveis é de R\$ 2.418 (R\$ 1.728 em 31 de dezembro de 2021), causas possíveis para cíveis é de R\$ 1.019 (sem efeitos 31 de dezembro de 2021) e tributários não é estimado nenhum risco (R\$12.579 em 31 de dezembro de 2021, relacionados a questionamentos sobre a utilização de crédito tributário de ICMS no estado do ES e que está em fase de defesa).

**18. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 30.701, correspondente a 17.915.280 ações, no valor nominal de R\$ 1,71 (um real e setenta e um centavos), totalmente subscritas e integralizadas. O capital social, desde que totalmente integralizado, poderá ser aumentado por deliberação de assembleia de acionistas, em que serão definidos os termos e condições do aumento de capital, será fixado o prazo de até 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência, e convocada a assembleia geral extraordinária ou a reunião de sócios para aprovar a correspondente alteração no contrato social. **b. Reserva de lucros: Reserva legal:** Não houve destinação para a reserva legal pelo fato de ela já ter atingido o limite de 20% do capital social. **Reserva de lucros:** A Companhia destinou o saldo remanescente do resultado do exercício no valor de R\$ 64.608 para a reserva de lucros. A destinação da reserva está sujeita à definição em Assembleia Geral a ser convocada oportunamente. **c. Distribuição de lucros:** Em 2022, conforme previsto em seu estatuto foi distribuído aos acionistas R\$ 25.128 (sendo R\$ 20.227 de dividendos e R\$ 2.943 de juros sobre capital próprio) a título de dividendos mínimos obrigatórios (25%). Adicionalmente foi deliberado em 30 de dezembro de 2022 em Assembleia Geral o montante adicional de R\$ 4.901 em dividendos intercalares do exercício corrente somando um total em distribuição de R\$ 28.071 (R\$107.854 em 31 de dezembro de 2021). Os juros sobre capital próprio foram calculados e contabilizados de acordo com a Lei nº 9.249/95 no montante de R\$ 2.943 (R\$7.590 em 31 de dezembro de 2021) conforme informado acima. O benefício de imposto de Renda e Contribuição Social, adivindo da dedutibilidade do valor dos referidos juros, lançado no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 1.001. A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%.

**19. Receita líquida da prestação de serviços:** É demonstrada a seguir a reconciliação entre a receita bruta e líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta de vendas de mercadorias	-	-	2.241.277	2.045.060
Receita bruta de produtos	-	-	363.190	480.212
Receita bruta de vendas serviços	-	-	198	497
Receita bruta de aluguel	96	99	96	96
Devolução de vendas	-	-	(63.056)	(65.875)
Impostos sobre a venda	(9)	(9)	(414.322)	(463.815)
Ajuste a valor presente	-	-	(58.825)	(59.413)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>87</b>	<b>90</b>	<b>2.068.564</b>	<b>1.936.765</b>

As receitas da Companhia advêm de vendas substancialmente para mercado interno.

	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
<b>Despesas classificadas por função:</b>				
Custos das mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados (i)	-	-	(1.560.893)	(1.460.921)
Despesas comerciais	-	-	(190.128)	(182.652)
Despesas administrativas	4.065	(186)	(164.344)	(169.441)
	4.065	(186)	(1.915.365)	(1.813.014)

	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Depreciação e amortização	-	-	(10.936)	(8.509)
Amortização de direitos de uso	-	-	(22.904)	(15.535)
Despesa com pessoal	(65)	(65)	(174.904)	(162.669)
Manutenções e reparos	-	-	(316)	(95)
Energia elétrica	-	-	(115)	(57)
Custo do produto vendido	-	-	(24.699)	(12.214)
Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados	-	-	(1.533.036)	(1.447.475)
Demais despesas operacionais	4.130	(121)	(148.352)	(163.462)
	4.065	(186)	(1,915.365)	(1,814.015)

O impacto dos rebates no custo da mercadoria vendida foi positivo no valor de R\$ 39.628 (R\$ 33.379 em 31 de dezembro de 2021) desses R\$ 4.306 ainda não havia sido recebido em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 6.030 em 31 de dezembro de 2021) e encontra-se em aberto na linha de "



FRIMASTER PARTICIPAÇÕES S/A - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)				continuação	
		2022	2021	2021	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
<b>Despesas financeiras:</b>					
Variável cambial sobre empréstimos	-	-	(552)	(8.187)	<p><b>Aos Acionistas e Diretores da Friomaster Participações S.A. / Porto Alegre – RS</b>  <b>Opinião com ressalvas:</b> Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Friomaster Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Friomaster Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p><b>Base para opinião com ressalva:</b> Conforme nota explicativa 08, em 10 de agosto de 2020, a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado concedendo o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, e garantindo, dessa forma, o direito à compensação dos valores recolhidos desde dezembro de 2009. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mensurou e reconheceu em suas demonstrações consolidadas o correspondente ativo relacionado aos créditos tributários decorrentes da ação judicial no montante de R\$ 107.160 mil, sendo R\$ 81.138 mil referente ao principal e R\$ 26.022 mil referente à atualização monetária, além de obrigações de honorários de sucesso advocatícios relativos às referidas ações judiciais no montante de R\$ 10.772 mil. Consequentemente, nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as rubricas de outras (despesas) receitas peracionais líquidas e receitas financeiras estão apresentadas a maior em R\$ 81.138 mil e R\$ 26.022 mil, respectivamente, e as rubricas de despesas administrativas e a despesa de impostos de renda e contribuição social estão apresentadas a menor em R\$ 10.772 mil e R\$ 32.772 mil, respectivamente. Sendo assim, o lucro individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado a maior em R\$ 62.818 mil. Em decorrência desse assunto, a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente inclui modificação em relação ao efeito desse assunto sobre as informações correspondentes de 31 de dezembro de 2021 apresentadas para fins de comparabilidade. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.</p> <p><b>Principais assuntos de auditoria:</b> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. <b>Reconhecimento de receita:</b> Veja as notas 2.4 e 19 das demonstrações financeiras consolidadas. <b>Principais assuntos de auditoria:</b> A Companhia reconheça suas receitas quando a obrigação de desempenho é satisfeita e possua evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Considerando o volume de transações envolvidas, focamos nossos trabalhos no reconhecimento de receita, pois são realizadas vendas de valores significativos e, em decorrência da logística de entrega dos clientes pode haver intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas das mercadorias e o período efetivo da transferência do controle das mercadorias vendidas aos clientes da Companhia. O eventual reconhecimento de receita fora de seu período correto de competência, decorrente de mercadorias em que a Companhia tem a obrigação de entrega, mas não o foram até 31 de dezembro de 2022, foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os riscos de que uma receita seja reconhecida antes da transferência dos riscos e benefícios para a contraparte e do cumprimento da obrigação de desempenho. <b>Como auditoria endereçou esse assunto:</b> Nesse contexto, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Entendimento dos fluxos e processos de vendas, em especial aqueles relacionados com a determinação do momento em que a Companhia transfere o controle das mercadorias vendidas para a contraparte, notadamente no período de corte; - Em base amostral, realizamos a inspeção dos respectivos pedidos, notas fiscais, recebimento financeiro subsequente, bem como avaliamos o período de corte da receita e comprovantes de entrega das mercadorias vendidas. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, identificamos diferenças cujos efeitos não resultam em uma distorção relevante no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p><b>Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p><b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>
Despesas com empréstimos	-	-	(47.811)	(23.019)	
Despesa c/ admin. de cartões de crédito	-	-	(21.289)	(17.972)	
Instrumentos financeiros - swap	-	-	(18.192)	-	
Operações comprador/vendedor	-	-	(4.470)	(2.013)	
Demais despesas com juros	-	-	(922)	(351)	
Descontos concedidos	-	-	(172)	(576)	
IOF	-	-	(2.001)	(1.468)	
Despesas bancárias	(4)	(6)	(1.163)	(1.238)	
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(300)	(784)	(2.260)	(2.737)	
Despesas com financiamentos	-	-	(43)	(45)	
Ajuste a valor presente - direito de uso	-	-	(10.405)	(7.501)	
Ajuste a valor presente fornecedores	-	-	(56.853)	(39.630)	
Juros antec. de receb. de marketplaces	-	-	(26.441)	(14.410)	
Juros sobre risco sacado	-	-	(18.468)	(5.054)	
Outras despesas financeiras	-	-	(2.907)	(1.047)	
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(304)</b>	<b>(787)</b>	<b>(106.925)</b>	<b>(23.610)</b>	
<p>(i) Conforme mencionado na nota explicativa anterior no rodapé "I", em 31 de dezembro para o ano de 2021 foi registrado o ganho referente ao processo tributário que trata da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS do período de 12/2009 até 02/2020 e 06/2020 após o trânsito em julgado, desse ganho R\$ 27.721 refere-se à atualização monetária (Selic) de todo esse período, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o ganho está vinculado aos processos mencionados na nota explicativa 9 (imposto de renda e contribuição social).</p> <p><b>23. Saldos e transações com partes relacionadas:</b> Além das companhias consolidadas, destacadas na Nota 2.2, a Companhia mantém operação com a seguinte parte relacionada: <b>Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.:</b> Instituição financeira que busca promover e facilitar o acesso dos clientes da Companhia à linhas de crédito específicas além de outros produtos financeiros disponíveis para o público externo. Os saldos em aberto da Companhia são apresentados na tabela a seguir:</p>					
		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Ativo</b>					
Dividendos e JCP a receber	208	1.928	-	-	
Ressarcimento Dufrio Financeira	-	-	1.090	852	
	208	1.928	1.090	852	
<b>Passivo</b>					
Dividendos e JCP a pagar	(252)	(12.908)	(252)	(12.908)	
Fornecedores – Dufrio Financeira	(252)	(12.908)	(911)	(12.942)	
<b>Resultado</b>					
Ressarcimento despesas Dufrio Financeira	-	-	1.090	852	
	-	-	1.090	852	
<p><b>a. Remuneração do pessoal chave da Administração:</b> O pessoal-chave da administração inclui somente os administradores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:</p>					
		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Benefícios de curto prazo (salários, orden. e desp. c/ assist. médica)	54	54	3.699	3.338	
Seguridade social	11	11	740	668	
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>4.439</b>	<b>4.006</b>	
<p>Exceto pelo pró-labore, a Companhia não pagou as suas pessoas chave da administração remuneração em outras categorias de (i) benefícios de longo prazo; (ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iii) remuneração baseada em ações. Estes montantes estão contabilizados no resultado do exercício, na rubrica de "Honorários da Administração".</p>					
<b>Diretoria</b>					
Guilherme Zanon CEO					
<b>Contador</b>					
Rodrigo Hepfner Controller - CRC/RS 101671/O					

# Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Porto Alegre, 20 de abril de 2023.  
 KPMG Auditores Independentes Ltda.  
 CRC SP-014428/F-7  
 Luis Claudio de Oliveira Guerreiro - Contador CRC-RJ 093679/O-1